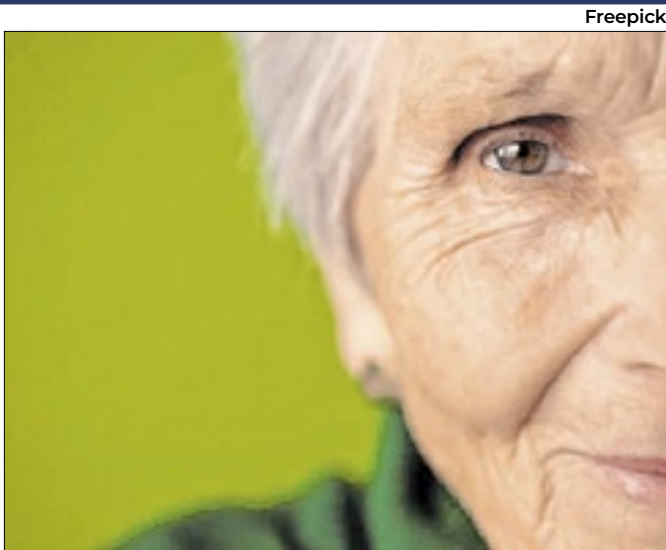


CORREIO ECONÔMICO

POR MARTHA IMENES



Alimentação e saúde são os itens que mais pesam

Inflação entre público 60+ cresce mais que a média

A inflação entre os consumidores com 60 anos ou mais segue acima da média geral e ampliou a diferença ao longo do ano. O Índice de Preços ao Consumidor da Terceira Idade (IPC 60+), calculado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), registrou alta de 0,35% em outubro, enquanto o Índice Geral de Preços ao Consumidor (IPC)

avançou 0,27% no mesmo período. Em 2025, o IPC 60+ soma 3,80% de inflação, contra 3,30% no índice geral. Além disso, no acúmulo dos últimos 12 meses, a diferença se mantém: 5,31% para o IPC 60+, frente a 4,86% do IPC geral. Segundo o levantamento, alimentação (0,52%) e despesas pessoais (0,44%) puxaram a inflação entre os 60+ no último mês.

Alimentação

Entre os itens que mais subiram em outubro estão batata (11,21%), tomate (9,95%), excursão (4,92%), cimento (4,14%) e gás de botijão (2,08%). A saúde continua sendo a principal catapulta sobre o orçamento desse público com alta acumulada de 8,02% em 2025.

Saúde

“A alta dos custos com saúde pesa mais para quem tem 60 anos ou mais. Esse grupo é mais exposto a variações de preços em medicamentos, planos e serviços médicos, o que faz com que impactem o orçamento”, explica Guilherme Moreira, coordenador do IPC 60+.



Carbono oculto descobre esquema em postos no Piauí

Combustível Legal apoia ação para combater fraudes

O Instituto Combustível Legal (ICL) manifesta seu total apoio à Operação Carbono Oculto 86, deflagrada nesta quarta-feira (5) nos estados do Piauí, Maranhão e Tocantins, que resultou na interdição de 49 postos de combustíveis suspeitos de envolvimento em um esquema de lavagem de dinheiro estimado em R\$ 5

bilhões, com conexões diretas com o Primeiro Comando da Capital (PCC). A operação, conduzida pela Polícia Civil do Piauí, em parceria com o Ministério Público e outras forças de segurança, representa um novo e importante avanço no enfrentamento ao crime organizado, à fraude fiscal e à adulteração de combustíveis.

Fachada

Segundo as investigações, o grupo criminoso utilizava empresas de fachada, fundos de investimento e fintechs para ocultar patrimônio e movimentar recursos ilícitos, além de recorrer à sonegação tributária e à venda de combustíveis adulterados para financiar atividades ilegais.

Interligação

“A Operação Carbono Oculto comprova a interligação entre a sonegação estruturada de tributos e o crime organizado. Ações como essa são fundamentais para proteger o consumidor, garantir concorrência leal”, destaca Emerson Kapaz, presidente do Instituto Combustível Legal.

Em todo país

O ICL alerta para os riscos sistêmicos da sonegação e da lavagem de dinheiro no setor de combustíveis, que movimentam bilhões de reais e financiam estruturas criminosas. O avanço das investigações comprova que a penetração do crime organizado atinge todo país.

PLP 125

A entidade destaca a necessidade de aprovação de marcos legais, como o PLP 125/2022 (devedor contumaz), que cria instrumentos mais eficazes para o enfrentamento de grupos econômicos que utilizam a sonegação e a fraude como modelo de negócio.

Copom decide manter a taxa de juro em 15% ao ano

Juros básicos estão no maior nível em quase 20 anos

Por Martha Imenes

O ano de 2025 está chegando ao fim, a inflação está desacelerando, o nível de emprego subindo, mas os juros não têm acompanhado esse movimento. Nesta quarta-feira (5), o Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) decidiu manter a taxa básica de juros em 15% ao ano.

Em 15% ao ano, a Selic está no maior nível desde julho de 2006, quando estava em 15,25% ao ano. Desde setembro do ano passado, a taxa foi elevada sete vezes seguidas. Nas reuniões de julho e de setembro, o Copom não mexeu na taxa.

Ao reduzir a Selic, a tendência é de que o crédito fique mais barato, com incentivo à produção e ao consumo, reduzindo o controle da inflação e estimulando a atividade econômica.

Na ata da última reunião, em setembro, o Copom informou que a Selic será mantida em 15% ao ano por tempo prolongado.

Segundo a ata, a conjuntura econômica dos Estados Unidos



Reunião do Copom ocorre a cada 45 dias no Banco Central do Brasil, em Brasília

e as tarifas impostas pelo país têm tido “maior impacto” do que temas estruturalmente desafiadores para a formação dos preços de mercado. No cenário interno, alguns preços, como o da energia, continuam a pressionar a inflação, apesar da desaceleração da economia.

Segundo a edição mais recente do boletim Focus, a taxa

básica deve ser mantida em 15% ao ano até o fim de 2025 ou início de 2026. A divergência agora está no momento do próximo ano em que os juros começarão a cair.

O comportamento da inflação continua uma incógnita. Prévia do indicador oficial, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo-15

(IPCA-15) ficou em apenas 0,18% em outubro e acumula 4,94% em 12 meses. O preço médio dos alimentos recuou pelo quinto mês consecutivo.

Segundo o último boletim Focus, pesquisa semanal com instituições financeiras feita pelo BC, a estimativa de inflação para 2025 caiu para 4,55%, contra 4,8% há quatro semanas.

Inflação está levemente acima do teto

Apesar do recuo nas projeções, a inflação está levemente acima do teto da meta contínua estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), de 3%, podendo chegar a 4,5% por causa do intervalo de tolerância de 1,5 ponto. Na terça-feira (4) o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, assegurou que vai colocar as contas em ordem.

A taxa básica de juros é usada nas negociações de títulos

públicos emitidos pelo Tesouro Nacional no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic) e serve de referência para as demais taxas da economia. Ela é o principal instrumento do Banco Central para manter a inflação sob controle. O BC atua diariamente por meio de operações de mercado aberto – comprando e vendendo títulos públicos federais – para manter a taxa de juros próxima do valor definido na reunião.

Quando o Copom aumenta a taxa básica de juros, pretende conter a demanda aquecida, e isso causa reflexos nos preços porque os juros mais altos encarecem o crédito e estimulam a poupança. Desse modo, taxas mais altas também podem dificultar a expansão da economia. Mas, além da Selic, os bancos consideram outros fatores na hora de definir os juros cobrados dos consumidores, como risco

de inadimplência, lucro e despesas administrativas.

O Copom reúne-se a cada 45 dias. No primeiro dia do encontro, são feitas apresentações técnicas sobre a evolução e as perspectivas das economias brasileira e mundial e o comportamento do mercado financeiro. No segundo dia, os membros do Copom, formado pela diretoria do BC, analisam as possibilidades e definem a Selic.

Gestão do seguro-defeso é do MTE

O governo federal oficializou a transferência da gestão do Seguro-Desemprego do Pescador Artesanal do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) para o Ministério do Trabalho e Emprego.

O benefício, equivalente a um salário mínimo mensal (atualmente em R\$ 1.518), é concedido a pescadores artesanais durante o período de defeso, quando a captura de algumas espécies aquáticas é proibida para proteger a reprodução dessas espécies.

As novas regras já estão em vigor com a publicação da Medida Provisória (MP) nº 1.323 no Diário Oficial da União.

Nova lei

Assinada pelo presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva e pelo ministro Luiz Marinho, a lei estabelece que compete ao Ministério do Trabalho e Emprego, e não mais



Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho

ao INSS, receber e processar os requerimentos e habilitar os beneficiários do seguro-defeso.

A Medida Provisória também estabelece um limite para a destinação de recursos federais para o pagamento do benefício. Este ano, excepcionalmente, a despesa não poderá ultrapassar

os R\$ 7,325 bilhões.

A partir de 2026, o valor gasto no ano anterior será corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no período. O governo federal deverá demonstrar que os gastos não excederão o arcabouço

fiscal.

Para evitar fraudes, o novo texto reforça que só o pescador que comprovar que reside em cidades abrangidas ou limítrofes às áreas onde o defeso for instituído terá direito a receber o benefício.

Além disso, o requerente deverá apresentar cópias de notas fiscais do pescado que vendeu em pelo menos seis dos 12 meses anteriores ao início do defeso.

O requerente também deverá estar inscrito no Cadastro Único para Programas Social (CadÚnico) e ter registro biométrico.

Os pescadores e pescadoras artesanais poderão solicitar o benefício do seguro-defeso pelo aplicativo Carteira de Trabalho Digital ou pelo portal Emprega Brasil. Nesses mesmos canais, será possível acompanhar o andamento da habilitação, consultar pagamentos e registrar pedidos de revisão.

Toyota retoma produção de veículos

A Toyota reativou a produção de veículos no Brasil nas fábricas de Indaítuba e Sorocaba, ambas no interior paulista, após pouco mais de 40 dias de paralisação. As unidades estavam paradas desde 22 de setembro por causa de uma tempestade, que atingiu fortemente a planta de Porto Feliz (SP), onde os motores da montadora eram produzidos.

A retomada será gradual, com utilização de motores e

peças importados de outras unidades no exterior. Nesta primeira etapa, a Toyota do Brasil produzirá as versões híbridas dos modelos Corolla e Corolla Cross.

Em outubro, a Toyota informou que somente em janeiro de 2026 será retomada a produção de veículos com motores convencionais, tanto para o mercado brasileiro quanto para exportação, abrangendo os veículos da

linha de produção atual – Corolla e Corolla Cross.

Tempestade

As fortes chuvas e vendavais de 22 de setembro deixaram um saldo de destruição e prejuízos no estado de São Paulo. A Defesa Civil divulgou balanço com 33 ocorrências, com um saldo de 24 pessoas feridas, oito desabrigadas e 33 desalojadas em diferentes regiões.

Além do destelhamento da

fábrica da montadora em Porto Feliz, que deixou dez pessoas feridas e oito desabrigadas, houve alagamentos, queda de árvores, desabamentos.

Também foram registradas ocorrências graves em Rancharia, Ourinhos, Santa Fé do Sul, Presidente Prudente e Presidente Venceslau, com vendavais, destelhamentos e queda de árvores. Em Dracena, uma árvore caiu sobre um veículo deixando duas vítimas.